
EDUCAÇÃO BRASILEIRA PARA FORMAR BONS BRASILEIROS: CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS NA PLATAFORMA POLÍTICA DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES

Rodrigo Luis dos Santos*

lattes.cnpq.br/2668730091701426

Resumo: Fundada no Rio de Janeiro no ano de 1932, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres possuía um cunho nacionalista, empreendendo uma releitura de ideias do político e pensador social fluminense Alberto de Seixas Martins Torres (1865 – 1917). No Rio Grande do Sul, a fundação do núcleo regional se deu em 1936. Uma das principais bandeiras desta sociedade era uma mudança educacional no país, com um incentivo maior para o ensino rural. Além disso, tinha forte preocupação com a questão da imigração no país, com graves ressalvas para a entrada de determinados grupos, como japoneses e sírio-libaneses, além de apoiar o processo de nacionalização de grupos considerados de difícil assimilação, como os alemães. Nosso objetivo, neste trabalho, é analisar a inserção do núcleo regional da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no que compete ao tocante educacional do Rio Grande do Sul, destacando medidas adotadas em áreas de imigração, como no município de São Leopoldo, onde um dos líderes estaduais desta entidade, o advogado Carlos de Souza Moraes, atuava como secretário da Prefeitura local e responsável pela Instrução Pública na cidade. Aprofundar os estudos sobre a inserção da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e a implementação de suas ideias no contexto sul-rio-grandense, sobretudo no período do Estado Novo (1937 – 1945), pode contribuir significativamente para uma compreensão mais ampla da complexidade e dinamicidade deste momento histórico.

Palavras-chave: Educação; Política; Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

BRAZILIAN EDUCATION TO FORM GOOD BRAZILIANS: EDUCATIONAL CONCEPTIONS IN THE POLITICAL PLATFORM OF THE SOCIETY OF THE FRIENDS OF ALBERT TORRES

Abstract: Founded in Rio de Janeiro in 1932, the Society of Friends of Alberto Torres possessed a nationalist character, undertaking a rereading of ideas of Rio de Janeiro politician and social thinker Alberto de Seixas Martins Torres (1865 - 1917). In Rio Grande do Sul, the founding of the regional nucleus occurred in 1936. One of the main

* Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos (Brasil). Contato: rluis.historia@gmail.com.

flags of this society was an educational change in the country, with a greater incentive for rural education. In addition, he was deeply concerned about the issue of immigration in the country, with serious caveats for the entry of certain groups, such as Japanese and Syrian-Lebanese, and support the process of nationalization of groups considered difficult to assimilate, such as the Germans. Our objective, in this work, is to analyze the insertion of the regional nucleus of the Society of Friends of Alberto Torres in what concerns the educational point of Rio Grande do Sul, highlighting measures adopted in areas of immigration, such as in the municipality of São Leopoldo, where one of the state leaders of this entity, the lawyer Carlos de Souza Moraes, acted as secretary of the local government and responsible for public education in the city. To deepen the studies on the integration of the Society of Friends of Alberto Torres and the implementation of his ideas in the context of South-Rio Grande do Sul, especially during the Estado Novo period (1937-1945), can contribute significantly to a broader understanding of the complexity and dynamicity of this historical moment.

Keywords: Education; Policy; Society of Friends of Alberto Torres.

* * *

Introdução

O Brasil tudo espera da juventude enquadrada perfeitamente nas aspirações do Estado Novo. Guardando as inspirações do passado e construindo a ordem e o progresso atual, é para a grandeza do futuro que volta as suas vistas. As novas gerações terão papel decisivo a desempenhar, pois o muito que já somos ainda é bem pouco diante do que poderemos ser, com as nossas imensas possibilidades. É necessário formar nessas crianças e nesses adolescentes a mentalidade capaz de levar o país aos seus destinos, mas conservando os traços fundamentais de nossa fisionomia histórica, com o espírito tradicional da nacionalidade, que o regime instituído é o único apto a cultivar na sua verdade. A essa necessidade correspondem os artigos da nova Constituição sobre a matéria educativa, orientando-a no sentido essencialmente cívico e nacionalista (BERCITO, 1990, p. 41).

O trecho acima citado refere-se a um discurso proferido por Getúlio Vargas, naquele momento já no poder de forma ditatorial, ressaltando a necessidade de motivar nas crianças e adolescentes brasileiros um *espírito de nacionalidade*, de *amor profundo ao Brasil*. Para tanto, se fazia necessário eliminar as ideias extremistas estrangeiras, promover uma educação

puramente nacional e integrar, mesmo que de forma coercitiva, aqueles que integravam os chamados *quistos étnicos*, regiões marcadas pela presença de imigrantes e descendentes, tidas como *isoladas* culturalmente e ideologicamente do restante da sociedade brasileira.

A questão da construção de uma identidade brasileira remonta ao período imperial, já nos primeiros tempos após a independência do país. Pode-se dizer que, imediatamente após romper seus vínculos (pelo menos, em parte) com Portugal, os governantes procuraram estabelecer o Estado brasileiro, mas não uma Nação. A partir do reinado de Dom Pedro II (1840 – 1889), os primeiros passos nesse sentido foram dados, por exemplo, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Contudo, as discussões em torno da nação e da identidade brasileira se mantiveram presentes ao longo do século XIX e início do XX (e não é exagero dizer que até a atualidade).

Durante os primeiros anos da República, um dos principais nomes que pensaram a sociedade brasileira foi Alberto Torres. Sobre a temática do sentimento de identidade nacional no Brasil e o papel do Estado frente à isso, foi contundente e mordaz em suas palavras, ao afirmar que “este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por eles se faz, é dar-lhes má e insuficiente instrução (TORRES, 1933, p.297)”. Mas, o que é uma nação? Para entendermos melhor esta indagação e a forma como este termo pode ser apropriado, resignificado e utilizado, cabe conceituarmos alguns pontos.

Na percepção de Benedict Anderson (1989, p. 14), a nação é “uma comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana”. Análise semelhante também faz Francesco Rossolillo, ao afirmar que a nação “não passa de uma entidade ideológica, isto é, do reflexo na mente dos indivíduos de uma situação de poder” (2004, p. 797). Sendo assim, a construção ideológica de nação, como tradição imaginada e inventada, pode ser concebida como um recurso de ideologia política, visando a legitimação do processo histórico de formação do moderno Estado Nacional. Um dos principais historiadores que analisou o processo de

constituição dos Estados Nacionais e das representações de nação e nacionalismo, foi o britânico Eric Hobsbawm. Sobre a definição conceitual e prática de nação, é categórico ao afirmar que,

não considero a “nação” como uma entidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-Nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalismo fora desta relação (HOBSBAWM, 2008, p. 19).

Os três autores citados, compartilham de uma definição muito próxima sobre o sentido de nação como uma construção, embasada, em muitos casos, de uma forte carga ideológica, moldada por aqueles que detém o poder político, cultural e econômico. Não obstante, cabe aqui estabelecer uma conceituação sobre ideologia. Para isso, nos valem das definições de Teun Dijk:

As ideologias, por definição, são sistemas gerais, compartilhados por grandes grupos ou culturas. Isso significa que devem ser adquiridas (aprendidas) e modificadas em contextos sociais, tais como escolas, veículos de comunicação de massa e interações diárias. Muitas vezes, a aprendizagem (das ideologias) não se dá apenas de forma intuitiva, isto é, por inferência do discurso e dos atos dos outros, mas são ensinadas explicitamente em livros, manuais, panfletos, etc., às vezes, inclusive, em forma de uma teoria científica (tal como o materialismo histórico) (DIJK, 1980, p.43).

Percebemos, desta forma, que a construção e implementação de uma ideologia necessita de um aparato, de uma estrutura para que possa se enraizar socialmente. Esse aparato lança mão de utilizar mecanismos culturais, educativos, repressivos, entre outros. Quando vislumbramos o Brasil das décadas de 1930 e 1940, percebemos claramente a utilização destes recursos para a implementação das políticas do Estado Novo. Contudo, não podemos aceitar a hipótese de que o pensamento nacionalista brasileiro tenha sido concebido apenas neste período. Ela já permeava uma parcela da sociedade já de longa data. Mas, potencialmente, o Estado Novo pode ser considerado o momento de transformação deste ideário em uma ação

prática estatal. Sobre o conceito de nacionalismo, Anthony Smith o define como

uma ideologia que coloca a nação no centro das suas preocupações e procura promover o seu bem-estar (...) um movimento ideológico para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de um povo que alguns dos seus membros crêem construir uma “nação real” ou potencial (SMITH, 2006, p. 16).

Outro aspecto importante que precisamos levar em conta ao analisar o Brasil das décadas de 1930 e 1940 está vinculado com as políticas de nacionalização propriamente ditas. Durante muito tempo, as pesquisas permeavam apenas a análise do aparato estatal, enfatizando apenas as determinações advindas dos governos federal e estaduais. Recentemente, as pesquisas, não apenas na área histórica, mas também em campos como Sociologia, Educação e Ciência Política, tem voltado seu olhar para outros agentes sociais que gravitaram em torno da política nacionalista de Getúlio Vargas.

Partindo desta perspectiva, queremos, neste trabalho, analisar a inserção e atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, contemplando, especialmente, seus discursos e ações no âmbito educacional, sem perder de vista também seus mecanismos de controle imigratório, percebendo estes dois elementos como pontos centrais da atuação desta entidade nacionalista do Brasil dos anos 1930 e 1940.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: entre o pensamento e a ação

No dia 12 de outubro de 1944, com a presença do então interventor federal no Rio Grande do Sul, tenente-coronel Ernesto Dornelles, é inaugurado no município de São Leopoldo o Patronato Agrícola Visconde de

São Leopoldo,¹ localizado na região da Feitoria Velha.² O projeto da criação de um empreendimento educacional neste padrão no município retoma ao início da década de 1940. Em 1943, o projeto começa a ganhar forma, com a aquisição de uma grande área de terras por parte da municipalidade leopoldense e o início imediato da obra de construção do prédio. As obras foram realizadas em menos de um ano. O decreto de criação do Patronato Agrícola³ foi publicado em 1º de agosto de 1944, pelo então prefeito municipal, coronel Theodomiro Porto da Fonseca. A inauguração do educandário foi uma das últimas ações de Theodomiro da Fonseca, que em novembro do mesmo ano deixaria a chefia do Executivo leopoldense após 16 anos de governo, iniciado em 1928. Embora Theodomiro da Fonseca assinasse os decretos de criação da instituição e inaugurasse a mesma, o autor principal desse projeto e que se empenhou para sua concretização foi Carlos de Souza Moraes,⁴ então secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Quando da renúncia de Theodomiro da Fonseca do cargo de prefeito, Carlos de Souza Moraes assumiu a chefia da municipalidade leopoldense.

Carlos de Souza Moraes, advogado formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1933, foi convidado pelo prefeito Theodomiro da

¹ Hoje a instituição se denomina Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo.

² Atualmente o bairro tem a denominação de Feitoria, sendo um dos mais populosos da cidade de São Leopoldo, com mais de 60 mil habitantes. A localidade tem esse nome pois, entre 1788 e 1824, nessa região estava instalada a Real Feitoria do Linho Cânhamo, responsável pelo fornecimento de matéria-prima utilizada na fabricação de cordas para o Império Português e, posteriormente, do Brasil, utilizadas nas embarcações. Em 1824, com a desativação da feitoria e a criação da Colônia Alemã de São Leopoldo, um antigo prédio do empreendimento real, localizado nesse bairro, recebeu as primeiras famílias de imigrantes, antes de estes receberem seus lotes de terra. Neste prédio está instalado, desde a década de 1980, o Museu Casa do Imigrante, também chamado Casa da Feitoria, mantido pelo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

³ Em 1948, pela lei municipal de número 53, no governo do prefeito Mário Sperb, é autorizado que o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo fosse repassado ao governo do Rio Grande do Sul, na gestão do então governador Walter Jobim.

⁴ A documentação utilizada na escrita deste trabalho faz parte do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, doado por seus familiares ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Coleção Carlos de Souza Moraes, Pasta 115, Materiais sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Fonseca para assumir o cargo de secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo em 1937. Ocupou este cargo até 1944. Além disso, acumulou outras funções, como a de diretor da Instrução Pública municipal, o qual ocupou entre 1939 e 1943, e diretor do jornal *Correio de São Leopoldo*, entre 1938 e 1943. Paralelamente aos cargos municipais que ocupava, Carlos de Souza Moraes, entre as décadas de 1930 e 1940, também se dedicou com afinco a outra causa: a divulgação e implementação das ideias da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. E é sobre a atuação desta entidade de cunho nacionalista que iremos aprofundar nas páginas que seguem, enfocando principalmente o fator educacional.

O núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul teve sua fundação em 1936. A articulação para a criação da representação sul-rio-grandense da entidade foi conduzida por Carlos de Souza Moraes, que ocupara o cargo de presidente do núcleo após sua fundação. Uma das preocupações principais desta sociedade, tanto em nível regional quanto nacional, era focada na educação. Em uma entrevista concedida ao jornal *Diário de Notícias*, em março de 1936, quando finalizava os trâmites para a criação do núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Carlos de Souza Moraes declarou:

Subindo a escala das nossas cogitações, entraremos na esfera do ensino secundário. Nesse terreno a nossa tarefa será mais fácil. Entretanto, sabemos que muito se precisa fazer e não ficaremos no meio do caminho. Pleitearemos junto aos poderes competentes a criação de cátedras específicas de ensino rural-agrário. É preciso que deixemos de copiar do estrangeiro, de olhos fechados, aquilo que nós mesmos podemos fazer, sem os inconvenientes da importação, atendendo as próprias necessidades geográficas e climáticas do meio. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 27 mar. 1936, p. 3).

De fato, nos estatutos gerais da entidade, a agenda política em torno do tema educacional ocupa um lugar privilegiado. Uma das grandes bandeiras deste grupo é uma educação que tenha como base uma formação rural e agrária. Isso se deve ao fato da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, dentro de sua concepção ideológica, apropriar-se de plataformas defendidas e disseminadas por seu patrono.

O fluminense Alberto Torres foi um político e intelectual atuante nos primeiros anos do Brasil republicano, até seu falecimento, em 1917. Dentre as bandeiras que defendia, pregava que o Brasil era um país de vocação e imensa capacidade agrícola, e que era preciso investir pesadamente nessa área. Além disso, era defensor da valorização da mão de obra nacional, que, segundo o mesmo, era constantemente relegada a um segundo plano nos interesses governamentais, em detrimento aos imigrantes, que recebiam benefícios por parte das autoridades para se instalarem no país. Contudo, este pensamento não possuía em si uma concepção preconceituosa, conferindo atribuições desqualificativas aos estrangeiros. Mas seu discurso buscava garantir que a mão de obra nacional também recebesse benefícios e reconhecimento. Dentro do programa da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a atribuída vocação agrícola brasileira e a presença imigrante no país foram dois elementos fortemente ressignificados.

No dia 10 de novembro de 1932, um grupo de intelectuais, políticos e empresários, reunidos no Rio de Janeiro, assinam a ata que oficializa a criação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. A sede da entidade se localizava em duas salas do prédio do *Jornal do Comércio*, cujo proprietário, Félix Pacheco, ex-ministro das Relações Exteriores no governo presidencial de Arthur Bernardes (1922-1926), fora um dos fundadores da entidade. Outro empresário do ramo de comunicação que participara da sociedade fora Roberto Marinho, do grupo jornalístico *O Globo*. Dentre os políticos que integraram a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, podem ser elencados Juarez Távora, Barbosa Lima Sobrinho, Xavier de Oliveira, Artur Neiva e Miguel Couto, além de intelectuais de renome no Brasil da primeira metade do século XX, como Roquette-Pinto e Oliveira Vianna.

A entidade tem forte atuação até a metade da década de 1940. No mesmo período em que ocorre o término do Estado Novo, em 1945, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres começa a dissolver-se, sendo extinta pouco tempo depois. Porém, parte de suas ideias continuaram a ser difundidas no campo intelectual e político brasileiro, com ênfase maior na Assembleia Constituinte de 1946, onde antigos membros são eleitos deputados federais, de cunho predominantemente xenófobo. O eixo central da

agenda política desta entidade nacionalista situava-se em torno de três pilares: políticas agrícolas e ambientais, a efetivação de um processo de ensino agrário-rural no Brasil e medidas incisivas de restrição à imigração e nacionalização dos grupos étnicos já instalados no país, desde o século XIX. Este último aspecto foi aquele que mais ressignificação recebeu por parte dos membros da sociedade, caracterizando-se assim pela forte carga de preconceito étnico. Termos como alienígenas passaram a ser uma constante no tratamento dado aos núcleos imigrantes no Brasil, principalmente no período estadonovista, entre 1937 e 1945.

No tocante educacional, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres ganhou um espaço considerável de atuação dentro da esfera nacional. Exemplo disso é a atuação de um de seus integrantes, o advogado e estatístico baiano Mário Augusto Teixeira de Freitas, um dos idealizadores e responsáveis pela criação do Instituto Nacional de Estatística, 1936, que a partir de 1938 receberia sua denominação atual: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Jerry Davila, neste período, Teixeira de Freitas

era ao mesmo tempo chefe do Serviço de Estatística da Educação, do Departamento de Informação, Estatística e Divulgação do Ministério da Agricultura, do Instituto Nacional de Estatística (precursor do IBGE), da Associação Brasileira de Educação (ABE) e líder da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, uma associação livre de intelectuais nacionalistas. O fato de Freitas dirigir as principais agências de coleta de estatística e a presidência da ABE mostra seu papel proeminente no desenvolvimento estatístico da educação nacional e justifica seu papel de mediador entre educadores progressistas e o governo central cada vez mais autoritário. Sua associação à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres revela os alicerces nacionalistas da agenda de Freitas (DAVILA, 2006, p. 103).

A inserção de lideranças desta entidade em escalões intermediários, mas de importante proposição na estrutura governativa federal, possibilitaram a aplicabilidade de boa parte do ideário da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em áreas como a educação e o controle imigratório no Brasil. Alberto Sabóia Lima, em 1935, destaca o espaço significativo que a entidade vem ganhando nacionalmente:

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres vem realizando o seu nobre objetivo de fazer alguma coisa pelo Brasil, coordenando e pregando as ideias do seu patrono, ferindo inteligentemente os problemas nacionais. Seu programa vai sendo executado com eficiência. Realiza conferências de propaganda e difusão da obra torreana, promove estudos, patrocina publicações, para atingir, desta forma, a sua finalidade, que é dar ao Brasil um outro rumo – o rumo que ele deve seguir, o rumo que se lhe impõe e do qual, se de fato queremos evoluir, se queremos progredir, avançar, de modo real e positivo e não falso, ilusório, como temos feito, não podemos fugir: esse rumo é o rumo da realidade brasileira, no desejo de dar ao Brasil uma nova consciência, a consciência dos problemas brasileiros. [...] Para isto vive a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Sua atividade é contínua (LIMA, 1935, p. 313).

Outro exemplo dessa admissão estava na composição da Comissão de Imigração. Em 1935, esta instância é criada pelo governo de Getúlio Vargas,⁵ com o intuito de centralizar e estruturar de forma mais organizada o processo imigratório no país. Os membros nomeados pelo presidente foram: Oliveira Vianna, que presidiu a mesma, Dulphe Pinheiro Machado, Raul de Paula, conde Debanné, Edgar Roquette-Pinto (todos integrantes da SAAT), Vaz de Mello e Renato Kehl. Sobre Roquette-Pinto e Renato Kehl já tecemos algumas considerações anteriormente. Oliveira Vianna, que foi também bacharel em Direito, já atuava como consultor jurídico do Ministério do Trabalho. Dulphe Pinheiro Machado, engenheiro, ocupara o cargo de diretor do Departamento de Povoamento. Raul de Paula era membro da direção nacional da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Conde Nicolas Debanné foi cônsul brasileiro em países orientais. E Vaz de Mello era diretor dos Serviços de Passaporte do Ministério das Relações Exteriores.

Ainda sobre a questão educacional, em 1940, Dulphe Pinheiro Machado, membro da Comissão de Imigração, encaminha um relatório ao Ministério da Educação, corroborando com a afirmativa da necessidade de

⁵ REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1935 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 126. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1324/000001.html>. Acesso em 12/06/2017.

empenho na nacionalização do ensino, sobretudo em regiões de imigração alemã, como é o caso do Rio Grande do Sul. Machado assevera que,

o problema do ensino nas regiões enquistadas pelo germanismo não é apenas cultural, não tem somente por finalidade alfabetizar as crianças. Ele constitui seguro elemento de nacionalização e de integração destes valores desviados da comunhão brasileira, envenenados por ideologias exóticas, contrárias aos supremos interesses nacionais (RELATÓRIO, 1940, p. 07).

Aliando-se à questão da nacionalização do ensino, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres também se empenhou nacionalmente para a implementação de uma política de *educação ruralista*. Convém lembrar que este era um dos alicerces que estruturavam a agenda ideológica e política da entidade. Para concretização deste objetivo, ocorreu forte incentivo para a criação dos chamados *Clubes Agrícolas*, como forma de colaborar, também no tocante do ensino, para aprimoramento do cidadão e da “vocação nacional brasileira”, que seria a agricultura. Em publicação datada de 1935, no *Jornal do Brasil*, a entidade manifesta-se sobre a atuação dos clubes agrícolas:

os trabalhos realizados sobre Clubes Agrícolas: habitação rural, educação sanitária, higiene escolar, alimentação, estudos sobre Alberto Torres e sua obra, valor do homem nacional, galinocultura, etc., bem atendem o objetivo que tal empreendimento visava, qual seja fazer crer que dentro do nosso meio, com os nossos recursos, se forma uma consciência nacional, tendencia a realizar a grande aspiração de Alberto Torres que é justamente formar do Brasil a Patria comum com a organização que lhe é mais conveniente. (SOCIEDADE..., 1935, p.14)

A formação de uma consciência nacional, dentro dos parâmetros estabelecidos pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, se alinhava em grande parte com o aparato nacionalista que vinha sendo desenvolvido no Brasil durante a década de 1930, sobre os auspícios do Governo Vargas. Projeto esse que ganha impulso definitivo com o Estado Novo, a partir de 1937. Por se tratarem de linhas ideológicas próximas, isso permitiu a influência da plataforma de ação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

em áreas como a educação, vista como um dos mecanismos mais importantes para a construção de uma identidade nacional.⁶

A partir da compreensão ideológica que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres possuía nacionalmente sobre o ensino agrário-rural e sobre imigração, analisemos as ações adotadas pelo núcleo sul-rio-grandense.

O núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul e sua política educacional

Em 19 de outubro de 1937, o então governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, renuncia ao cargo e parte para o exílio no Uruguai. O enfraquecimento de seu poder político por conta de cisões partidárias, inclusive no partido ao qual fundara, o Partido Republicano Liberal (PRL), a relação conflitante com o presidente Getúlio Vargas (que via em Flores da Cunha um inimigo em potencial para efetivação de seu plano de continuar no poder nacional) e federalização da Brigada Militar estão entre os motivos principais de sua capitulação do governo estadual. Menos de um mês após a renúncia de Flores da Cunha, Getúlio Vargas decreta o golpe de estado que deflagrou o Estado Novo, em 10 de novembro. Com a

⁶ No âmbito educacional, as medidas mais intensas, visando promover a nacionalização, tiveram início em 1938, quando foram emitidos importantes decretos federais, visando regulamentar e dar condições para implementação deste projeto. Dentre as principais medidas sancionadas por Vargas, podemos elencar: o Decreto lei nº 383, de 18 de abril de 1938, que proibia aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil; o Decreto nº 406, de 4 de maio 1938, que regulamentava o ingresso e a permanência de estrangeiros, ditando providências para sua assimilação e criando o Conselho de Imigração e Colonização como órgão executor de suas disposições; o Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, que instituiu a Comissão Nacional de Ensino Primário, que possuía entre suas atribuições a nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros; e o Decreto nº 948, de 13 de dezembro do mesmo ano, que, considerando a complexidade das medidas para promover a assimilação dos colonos e completa nacionalização dos filhos de imigrantes, estabelecia que as medidas fossem tomadas pelo Conselho de Imigração e Colonização (cf. Bomeny, 1999, p. 158). Cabe lembrar que, desde 1935, fora constituída uma Comissão Federal para tratar dos temas vinculados com a imigração. Ao ser criado o Conselho, as ideias que já permeavam a Comissão de Imigração anterior foram suplantadas para este novo organismo.

queda de Flores da Cunha, o governo sul-rio-grandense passa a ser exercido por um interventor nomeado pelo governo federal. A escolha recai sobre o general Daltro Filho, que fora recentemente nomeado comandante da Região Militar a qual o Rio Grande do Sul integrava, e que articulou diretamente para criar um ambiente hostil ao ex-governador, forçando sua saída do cargo.

É nesse ambiente político que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres passa a buscar um espaço de atuação na área educacional do estado. Com a ascensão de Daltro Filho na chefia do executivo estadual, também são nomeados novos secretários. Para a pasta da Educação, é escolhido o advogado, jornalista e professor José Pereira Coelho de Souza, que entre 1935 e 1937 ocupou o cargo de deputado estadual e integrava o grupo dissidente do PRL, que romperá com Flores da Cunha. Ainda em 1937, quando já no cargo de secretário da municipalidade de São Leopoldo, Carlos de Souza Moraes encaminha correspondências ao interventor Daltro Filho e o secretário Coelho de Souza.⁷ O conteúdo desses documentos visa garantir um espaço de atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no novo governo sul-rio-grandense.

Carlos de Souza Moraes informa às autoridades estaduais que a entidade tem forte preocupação com o desenvolvimento educacional no Rio Grande do Sul, principalmente com a forma de ensino que ocorre nas regiões de imigração. Destaca que é necessário garantir que esses núcleos *alienígenas* sejam efetivamente integrados ao Brasil, com verdadeiro espírito nacionalista e ardor patriótico. Ressalta que a educação é um dos sustentáculos das ações políticas da entidade e que a mesma pode ser de grande utilidade para delinear as medidas que serão tomadas no âmbito do ensino.

Antes da fundação do núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Carlos de Souza Moraes é enfático ao anunciar que a preocupação com o ensino nas regiões coloniais era um dos pontos norteadores das ações do núcleo que estava prestes a iniciar suas atividades:

⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Coleção Carlos de Souza Moraes, Pasta 115, Materiais sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

voltemos nossas vistas para o problema da nacionalização do ensino. Constitue para todo o “torreano” um grande pesadelo ver-se, na zona colonial do nosso Estado escolas perfeitamente aparelhadas e com apreciável frequência infantil, onde é ministrado o ensino primário e até mesmo complementar, em língua estrangeira. Essas crianças, não raro, crescem e ganham a maioria sem conhecerem mesmo o idioma da terra onde nasceram. O nosso idioma é tão ignorado nessas zonas que, muitas vezes, os filhos de colonos, ao atingirem a maioria, são chamados a servir nas colunas do Exército Nacional, sem ao menos poderem pronunciar nem uma palavra em português (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 mar. 1936, p. 3).

Dentre os membros que integraram a direção do núcleo sul-riograndense em sua fase inicial, encontramos pessoas que atuavam na área educacional. A vice-presidente da entidade era a pedagoga Camila Furtado Alves,⁸ que ocupara o cargo de titular das Delegacias de Ensino de São Leopoldo e Taquara,⁹ municípios notadamente marcados pela presença de imigrantes alemães e seus descendentes. Além disso, o núcleo tem como presidente de honra Othelo Rosa,¹⁰ membro da Academia Rio-grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e que

⁸ Camila Furtado Alves também foi dramaturga, sendo membro da Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Sul, além de, em 1943, a convite da primeira-dama Darcy Sarmanho Vargas, ter assumido o cargo de superintendente de Casos Individuais da Legião Brasileira de Assistência e da Casa do Pequeno Trabalhador

⁹ Nesse período, o município de São Leopoldo era composto pela sede (que forma o município atual) e vários distritos, que hoje constituem municípios do chamado Vale do Rio dos Sinos, como: Sapiranga, Campo Bom, Esteio, Sapucaia do Sul, Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, entre outros. O município de Taquara era constituído pela sede e por distritos que hoje formam as cidades de Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Gramado, Canela, que integram o Vale do Rio Paranhana e a Região das Hortênsias.

¹⁰ Assim como Carlos de Souza Moraes, Othelo Rosa também era natural do município de Montenegro. Além disso, a partir de 1938, ambos ocupariam cadeiras da Academia Rio-grandense de Letras. Carlos de Souza Moraes ingressou nesta instituição por conta de sua obra *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*, cuja primeira edição data de 1937, tendo sido lançada pela segunda vez, com revisões e ampliação, em 1942, pela Editora do Globo. Com o ingresso de Carlos de Souza Moraes, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres passa a contar com pelo menos três membros participando da Academia Rio-grandense de Letras, pois além de Moraes e Othelo Rosa, também integrava a entidade Deoclécio de Paranhos Antunes (chamado de De Paranhos Antunes), militar, poeta e historiador nascido em Rio Pardo.

ocupara o cargo de secretário estadual de Educação entre 1935 e 1937, no governo Flores da Cunha, sendo o primeiro titular da pasta. A articulação que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres realiza no Rio grande do Sul também ocorre em outros estados brasileiros. De forma geral, a ênfase ocorre na difusão do ensino rural, mas nos estados onde há uma presença de núcleos imigrantes mais acentuadas, como no caso de estados das regiões Sul e Sudeste, mas também em outros, como o Amazonas, onde se instalaram imigrantes japoneses, um dos grupos mais dotados de caracterizações pejorativas por parte dos integrantes da sociedade.

Dentre as ações mais diretas em que podemos ver a presença das ideias da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres na área da educação, algumas ocorreram em São Leopoldo. No período entre 1939 e 1944, uma intensa fiscalização na aplicabilidade das medidas da nacionalização do ensino foi efetivada. Quando se julgava necessário intervir mais sistematicamente em alguma instituição escolar, as ações muitas vezes eram mais drásticas, incorrendo inclusive na municipalização compulsória das mesmas. Um caso emblemático ocorrera em uma pequena escola católica instalada na localidade de Picada São Paulo, pertencente ao então distrito de Dois Irmãos. Em 1941, a escola passa aos cuidados da diretoria de Instrução Pública de São Leopoldo, por determinação de Carlos de Souza Moraes. Ao manifestar-se contrário a decisão, o padre responsável pela Paróquia de Dois Irmãos e pela escola é acusado de germanismo e logo é transferido para outra região do estado. Criou-se um forte aparato para fiscalizar os educandários, sejam eles católicos, evangélico-luteranos, comunitários ou particulares. Nesse aparato também estava inclusas medidas repressivas e coercitivas, como prisões e transferências.

Retomando a criação e inauguração do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, encontramos nessa medida a efetivação prática de dois dos elementos principais presentes no ideário da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Atenderam-se demandas que contribuam para a nacionalização de uma área de imigração através do ensino e efetiva-se a formação de caráter ruralista nessa mesma região. Ao elencar uma série de iniciati-

vas públicas ocorridas em São Leopoldo, o pesquisador Germano Moehlecke reproduziu parte do decreto de criação do Patronato Agrícola. Chamou-nos a atenção o seguinte trecho:

Considera que a Feitoria Velha, pelo seu passado histórico rico de acontecimentos que marcaram as primeiras tentativas de trabalho organizado, com a fundação da Feitoria do Real Linho Cânamo, e posteriormente, com início da colonização alienígena no Rio Grande do Sul, bem merece ser sede desse estabelecimento. (MOEHLECKE, 1998, p. 156).

Acessando a documentação pessoal de Carlos de Souza Moraes,¹¹ foi possível concluir que o mesmo teve um papel decisivo em toda elaboração e execução do projeto, inclusive no texto do decreto de criação. A escolha do local não foi algo aleatório, mas dotada também de uma intencionalidade pedagógica, no sentido de enfatizar a questão da presença alemã e da necessidade de que esse grupo se integre permanentemente a sociedade brasileira. Devemos lembrar que em 1944 as ações repressivas do Estado Novo passam por um processo de enfraquecimento. Mas a criação do Patronato Agrícola representa, de certa forma, o ápice de um processo empreendido desde o final da década de 1930, materializando também as tentativas de inserção da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres na nacionalização do ensino.

Conclusão

Os estudos sobre as ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no âmbito educacional ainda carecem de uma ampliação. Parte das dificuldades nesse sentido são as fontes documentais, pois a maior parte destes documentos foi destruída em um incêndio ocorrido na sede da entidade, no prédio do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro. Mesmo assim, o material existente nos permite estabelecer relações e perceber as tenta-

¹¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Coleção Carlos de Souza Moraes, Pasta 115, Materiais sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

tivas que a entidade teve de participar mais diretamente das ações educacionais brasileiras desde o início de suas atividades. As mais diferentes estratégias foram adotadas: palestras, publicações em jornais, vínculos com os governos estaduais e o próprio governo de Getúlio Vargas, ocupação de cargos públicos ou em outras associações culturais, entre outras.

No caso do núcleo da sociedade no Rio Grande do Sul, as pesquisas ainda são recentes, mas foi possível aventar que uma gama significativa de estratégias de inserção sociopolíticas foi efetivada. Em algumas regiões coloniais, como a de São Leopoldo, a presença da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres na política de nacionalização do ensino foi mais intensa, obtendo resultados significativos dentro da agenda política da entidade nesse âmbito.

As pesquisas mais recentes sobre o Estado Novo têm buscado compreender a complexidade do mesmo e seu dimensionamento em níveis regionais e locais. Esse período, mesmo sendo caracterizado pelas ações autoritárias, não pode ser vislumbrado apenas por um critério de relações e imposições verticalizadas. É necessário reconhecer que ocorreram processos relacionais intensos entre diversos agentes sociais e instituições, que buscaram participar mais efetivamente da política estadonovista. E o mapeamento das tentativas de participação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres nas diretrizes educacionais e na política imigrantista brasileira, tanto em nível nacional quanto regionais, oportuniza a percepção de que as ideias e ações nacionalistas das décadas de 1930 e 1940 ainda são um campo profícuo de análise crítica.

* * *

Referências

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

- ARENDDT, I. C. *Educação, religião e identidade étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- BERCITO, S. D. R. *Nos tempos de Getúlio: Da revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990.
- BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: A propósito da educação no Estado Novo. In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- DÁVILA, J. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- DIJK, T. A. V. *Semiosis*. México: Universidad Veracruzana, 1980.
- GERTZ, R. E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.
- _____. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.
- HOBSBAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- LIMA, A. S. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.
- MOEHLECKE, G. O. *São Leopoldo: Obras e Iniciativas Públicas (Revivendo o passado, 2)*. São Leopoldo, 1998.
- MORAES, C. S. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.
- PINHO, S. O. C. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- QUADROS, C. (org.). *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2014.
- RELATÓRIO apresentado pelo senhor Dr. Dulphe Pinheiro Machado sobre a inspeção que foi incumbido por S. Ex^a. O Sr. Ministro ao Sul do país. 17. jun. 1940. Arquivo Gustavo Capenema. CPDOC/FGV.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1935 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 126. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1324/000001.html>. Acesso em 12/06/2017.
- ROSSOLILLO, F. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 2v.
- SANTOS, R. L. *Nomes, laços e interesses: Formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1924-1945)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

SMITH, A. D. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2006.
SOCIEDADE Alberto Torres. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 219, 13 set. 1935. p. 14.
TORRES, A. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. (Coleção Brasileira, 17).

Recebido em 03 de novembro de 2017.
Aprovado em 03 de dezembro de 2017.